

## Aprovado o projeto que disciplina banco de olhos

*Proposta, que terá de voltar à Câmara, veda cobrança, aos clientes, de exame e remoção de córneas ou qualquer outra parte de olhos que forem doadas a esses estabelecimentos*

A operação de venda do Banco Econômico para o Excel gerou polêmica ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, no segundo dia de audiência de representantes do BC. O senador Antonio Carlos Magalhães defendeu a operação e Eduardo Suplicy quis conhecer mais sobre o comprador. **Página 4**



O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que regulamenta o funcionamento de bancos de olhos no país. Pela proposição, que ainda deverá ser submetida à votação dos deputados, os bancos de olhos não poderão cobrar dos clientes para remover, examinar, avaliar, preservar ou distribuir córneas ou qualquer outra parte de olhos que forem doadas a esses bancos. Os custos e honorários médicos cobrados por essas instituições são os fixados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto foi apresentado na Câmara pela então deputada Benedita da Silva, agora senadora. O relator da matéria no Senado, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou que a regulamentação dos bancos de olhos facilitará a remoção de córneas para transplante. O projeto voltará à Câmara porque o relator aceitou algumas mudanças, entre elas sugestões do Departamento de Oftalmologia da Universidade Federal de São Paulo.

Ainda na sessão de ontem, os senadores aprovaram o tratado de extradição assinado entre o Brasil e a Austrália. Receberam ainda votação favorável o acordo de cooperação técnica assinado pelo Brasil com a República da Namíbia e o acordo para pesquisa em mudanças globais, celebrado com o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais. Pelo acerto, esse instituto terá uma equipe funcionando dentro do campus do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

### Microempresa poderá ter logo o seu estatuto

O projeto de Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como o que estabelece um regime tributário para elas, poderão ser votados até o final de junho. A previsão foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, ao participar de debate interativo com parlamentares, que teve a participação de entidades de classe. As propostas receberam apoio de vários senadores. **Páginas 6 e 7**

### Fim de sigilo para servidores sob investigação

Projeto de lei de autoria do senador Odacir Soares (PFL-RO), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, autoriza o ministro da Justiça, o procurador-Geral da República e o Tribunal de Contas da União a solicitarem, para fins de apuração de improbidade administrativa, dados sobre a movimentação bancária dos servidores públicos que atuarem em processo de ordenação de despesa pública, bem como das pessoas físicas ou jurídicas que hajam concorrido



Odacir

para a prática do ato sob investigação.

O relator da matéria, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), acolheu emenda do senador Gerson Camata (PMDB-ES) incluindo os "detentores de mandato eletivo" nessa mesma regra em casos de investigação de crimes contra o patrimônio público. O projeto também recebeu emendas do relator, com o objetivo de assegurar que "as informações obtidas nos termos desta lei só poderão ser utilizadas em função dos processos que determinaram a obtenção delas".

Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a CCJ aprovou ainda em caráter terminativo projeto de lei do senador Freitas Neto (PFL-PI) que elimina a exigência do "certificado de autenticidade" nos processos de dispensa de licitação para aquisição de obras de arte e objetos históricos.

**Iris quer medidas de contenção dos fluxos migratórios**

**Página 8**

# Senadores destacam os 120 anos de A Província do Pará

Ademir Andrade, Coutinho Jorge, Sebastião Rocha e Bernardo Cabral enalteceram a tradição e a ousadia do matutino paraense na história da Amazônia

A comemoração dos 120 anos de fundação do jornal *A Província do Pará*, ocorrida em 25 de março de 1876, foi destacada ontem da tribuna pelos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Coutinho Jorge (PSDB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Bernardo Cabral (PFL-AM), que lembraram a sua força e importância na história de todos os estados da região Amazônica.

Ademir Andrade homenageou a equipe de jornalistas, colaboradores e cada funcionário da empresa na pessoa do jornalista Carlos Roque,



Ademir

"um dos guardiões do patrimônio e das tradições do Pará". O senador paraense discorreu sobre a história de *A Província* e do seu estado, e louvou a força e a ousadia "dos que amadurecem atravessando adversidades ao longo dos anos". Ademir solicitou à Mesa que comunique à diretoria daquele jornal sua homenagem, acrescentando que "a festa é da imprensa brasileira". Por sua vez, o senador Coutinho Jorge disse que *A Província* sempre defendeu posições claras e corajosas frente à conjuntura nacional e estadu-



Coutinho

al. Como exemplo, lembrou o apoio ostensivo do jornal em favor da abolição da escravidão "e da efetiva implantação da federação, arduamente defendida por Rui Barbosa". Ao homenagear seus fundadores, Joaquim Assis, Francisco Cerqueira e Antonio Lemos, o senador elogiou o crescimento e a qualidade de imprensa do jornal.

## ISENÇÃO

Sebastião Rocha e Bernardo Cabral citaram versos de Victor Hugo impressos no primeiro número de *A Província*, entre eles, "É permitido aos



Rocha

mais fracos ter uma boa intenção e a dizer", como amostra de profissionalismo e "isenção de bem informar" daquele periódico. Rocha lembrou que o jornal foi vitimado por incêndio, em 1912, "mas, como Fênix, resurgiu das cinzas, entrando em novo ciclo, dessa vez pelas mãos de Pedro Charmont de Miranda". Cabral disse que a vida do jornal sempre esteve ligada à luta política do Pará nos primeiros anos da República, ressaltando também a sua importância como acervo vivo da história do país e do Pará.



Cabral

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 95/95, que dispõe sobre a anistia relativamente às eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 92 e 94; e \*PLS nº 241/91, que estabelece prazo para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Pauta:** \*PDL nº 34/93, que aprova o Texto da Convenção nº 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; e \*PDL nº 65/94, que aprova o texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93; \*PLS nº 312/95 (terminativo), que dispõe sobre o comparecimento bienal dos chefes de missões diplomáticas perante o Senado Federal; \*Mensagem nº 125/96, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do diplomata Carlos Alfredo Pinto da Silva, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil em Barbados, o de embaixador do Brasil em São Cristóvão e Nevis; e \*Mensagens nºs 124 e 126/96, submetendo à apreciação do Senado o nome do diplomata Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil nos Emirados Árabes, o cargo de embaixador no Catar e em Uganda. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** 1ª Parte: Exposição do ex-governador do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, acerca do Banespa.

2ª Parte: Exposição de Marco Aurélio Maciel da KPMG - Auditores, acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.367/96, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional (NTN) destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

#### 10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 296/95 (terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 6.494/77, estendendo o direito à participação em atividades de estágio; \*PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instrução, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PLC nº 81/94 (não terminativo), que altera a CLT, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; \*PLC nº 67/95 (não terminativo), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências; e \*PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

**Pauta:** Diversas matérias, destacando-se: \*Requerimentos do senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestar esclarecimentos, individualmente, à comissão os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da Anfavea e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao "Jornal do Brasil", em 27.02.95, na Seção "Negócios e Finanças", sob o título "Ciro diz que montadora dribla IFR". Solicita, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta a esta comissão, antes do seu depoimento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, indicando nominalmente as respectivas empresas montadoras; e solicitando, no âmbito da Subcomissão Permanente - setor de telecomunicações, seja convocado o presidente da Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC) para prestar, perante este órgão colegiado, informações acerca do Plano de Expansão de Telefonia na modalidade P.C.T. (Planta Comunitária de Telefonia). Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

# Violência contra estudantes é repudiada em plenário

Valmir Campelo responsabiliza governador de Brasília, mas Sebastião Rocha e José Eduardo Dutra garantiram que Cristovam Buarque irá apurar os fatos

## Arruda lembra 25 anos da Ceilândia



Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) destacou a comemoração dos 25 anos de fundação da Ceilândia, no Distrito Federal,

lembrando que grande parte dos pioneiros que construíram Brasília vivem nessa cidade-satélite, tendo uma qualidade de vida aquém do que merecem.

Segundo o senador, a cidade é um exemplo vivo da falta de um programa de descentralização para o desenvolvimento. Na sua opinião, é preciso construir indústrias na região do entorno para gerar empregos na Ceilândia.

## Benedita pede levantamento de custo de obras

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) encaminhou requerimento à Mesa do Senado solicitando um levantamento completo do custo das obras que estão sendo realizadas em apartamentos dos senadores. A senadora justificou o seu pedido em razão de matérias publicadas pela imprensa que apontam a possibilidade de preços abusivos na execução dessas obras.

Benedita da Silva citou uma reportagem do jornal **O Globo** na qual é dito que a reforma no apartamento que será ocupado pela senadora teria custado ao Senado Federal R\$ 79 mil. Segundo ela, o jornal tenta envolvê-la como responsável por este custo. afirmou que o objetivo de seu requerimento é prestar à opinião pública todos os esclarecimentos necessários.

## Marina: Zona Franca de Manaus está decadente

A saída para o desenvolvimento da Amazônia "é deixar que ela seja Amazônia e estão erradas as pessoas que acreditam que o caminho para a região são as pastagens ou as minerasoras". A opinião foi manifestada pela senadora Marina Silva (PT-AC), ao advertir que o homem só conseguirá destruir a floresta amazônica se tentar implantar megaprojetos típicos de outras regiões ou países, citando como exemplo negativo o caso da Zona Franca de Manaus.

- A Zona Franca de Manaus está entrando em decadência



Marina Silva

por causa do tipo de desenvolvimento que ela tentou levar para o meio da floresta. O caminho é o desenvolvimento com preservação ambiental. É oferecer meios para que as populações da área possam se desenvolver sem destruir tudo que está à sua volta - disse.

Marina Silva registrou que a revista **IstoÉ** fez uma grande reportagem sob o título "Amazônia, a conquista branca" e leu um trecho onde o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, se declara "um verde radical". A senadora disse esperar que Amazonino esteja falando a verdade.

## Fogaça e Simon registram homenagem a André Foster

Os senadores José Fogaça e Pedro Simon, do PMDB-RS, comunicaram ontem ao plenário a homenagem prestada pela Câmara de Vereadores da capital gaúcha, na última sexta-feira, ao presidente regional do PMDB, sociólogo André Foster, com o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre. Após classificá-lo como "ativista político e homem de esquerda", Fogaça pediu a transcrição, nos Anais da Casa, do discurso que Foster fez por ocasião da homenagem.

Segundo Fogaça, o sociólogo André Foster mereceu a honraria e sobretudo "os aplausos e o reconhecimento pela retidão de seu comportamento



Fogaça



Simon

político, não só pelo que fez pelo PMDB mas também pela democracia".

O senador Fogaça leu parte do pronunciamento de Foster, destacando que o sociólogo "é da geração dos que entraram na universidade em 1964, já em confronto com o regime militar e rodeado por uma vasta bibliografia marxista".

Já o senador Pedro Simon disse que o discurso de André Foster "foi um dos mais brilhantes" que já ouviu nos últimos tempos. No discurso, destacou Simon, Foster faz uma análise da história desde o Império Romano até os tempos atuais e mostra a luta do homem em busca da paz social.

A ação da Polícia Militar, que reprimiu passeata do "Dia Nacional da Luta dos Estudantes" realizada na manhã de ontem na Esplanada dos Ministérios, foi repudiada ontem pelos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Valmir Campelo (PTB-DF) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

O ato de violência, segundo Sebastião Rocha, foi testemunhado por diversos deputados e teve como consequência a hospitalização do presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília. Rocha comunicou ao plenário que visitaria ainda hoje o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que já teria se comprometido a apurar o incidente.

### DITADURA

Valmir Campelo, por sua vez, lamentou o ocorrido, criticando a postura da Polícia Militar, "subordinada ao governo democrático e popular do PT, que agiu como nos tempos da ditadura". Para o senador, o governador Cristovam Buarque é o responsável, "haja vista que a corporação está subordinada ao chefe do Executivo local".

Ao repudiar a atitude da Polícia Militar, o senador José Eduardo Dutra afirmou que a "PMDF não está imbuída do espírito democrático do governador Cristovam Buarque, talvez pela influência de governos anteriores". Ele garantiu que o governador do Distrito Federal vai tomar as providências necessárias e apurar as responsabilidades.

## CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

# Solução para o Econômico gera polêmica na CAE

*ACM defende venda para o Excel e pede a Suplicy "exame de consciência" sobre o caso. Senador paulista esclarece que só deseja conhecer a verdade sobre o comprador*

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), a solução encontrada pelo Banco Central de compra do Banco Econômico pelo Banco Excel. Na reunião de terça-feira, o senador Eduardo Suplicy havia encaminhado ao presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), dossiê com acusações feitas contra o Banco Excel pela empresa Química Industrial Paulista.

A questão foi levantada durante a reunião convocada para ouvir a continuação do depoimento - iniciado terça-feira - do diretor de Normas e Organizações do Sistema Financeiro do Banco Central, Cláudio Mauch, sobre as operações contábeis utilizadas no Banco

Nacional. Antonio Carlos afirmou que o proprietário da empresa química, Nagib Audi, não é uma pessoa idônea, e também entregou à Mesa da comissão dossiê de 30 páginas que, segundo ele, relaciona atos irregulares que teriam sido praticados pelo empresário. Disse o senador baiano que, em "batalha judicial" entre o Excel e a empresa, o banco ganhou em primeira instância. O senador baiano encaminhou ao presidente da CAE cópia dos autos do processo.

Antonio Carlos Magalhães pediu a Eduardo Suplicy que fizesse um "exame de consciência" sobre a posição que assumiu em relação ao caso, sugerindo que, ao participar do "bombardeio contra o Excel", estaria prejudicando, inclusive,



A CAE, presidida por Miranda, ouve depoimento de Cláudio Mauch

interesses dos empregados do Banco Econômico.

Suplicy esclareceu que sua atitude não foi de defesa do empresário, mas de buscar esclarecimento sobre as acusações contra o Excel, banco sobre o qual pesam ainda acusações de remessa ilícita de di-

nheiro para o exterior, fato sob investigação desde 1991.

O senador por São Paulo dirigiu-se, em seguida, ao diretor do Banco Central, Cláudio Mauch, pedindo o resultado das investigações em andamento sobre as duas acusações feitas pelo industrial.

## Esclarecimento deixa senador insatisfeito

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, esclareça em seu próximo comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, marcado para abril, perguntas não respondidas pelo diretor de Normas e Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch. "Não posso ficar satisfeito com as respostas dadas em relação às apurações que estão sendo realizadas pelo Banco Central sobre o Excel", disse.

A primeira questão sobre a qual ele quer esclarecimento refere-se às operações de remessa de recursos via contas CC-5, uma vez que, segundo o senador, em 1991, o Banco Central procedeu a uma averiguação, tendo cons-

statado irregularidades no procedimento do Excel com relação a essas remessas. Conforme Suplicy, no depoimento prestado à Comissão de Assuntos Econômicos, Cláudio Mauch disse que o processo ainda não está concluído, o que o senador considera inexplicável depois de quase cinco anos.

A outra questão refere-se a uma ação judicial movida pela Química Industrial Paulista contra o Excel. Sobre esse processo, Mauch explicou ao senador ter telefonado para o Departamento de Fiscalização do Banco Central, informando-se de que o processo tem 300 páginas, mas ainda não houve uma conclusão. Suplicy também achou a resposta incompleta.

## Fiscalização é questionada

Durante o depoimento de Cláudio Mauch na CAE, vários senadores questionaram o diretor do BC sobre o caso Nacional. Jefferson Peres (PSDB-AM) indagou em que momento o Banco Central soube das fraudes naquele banco privado. Mauch informou que foi após a decretação do regime de administração especial temporária.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) solicitou detalhes sobre o sistema de fiscalização do BC e a forma como as fraudes foram encobertas. Recebeu a informação de que os gerentes das agências do banco ficavam sabendo dos empréstimos irregulares, contabilizados em sistema à parte, aos quais não tinham acesso nem os auditores independentes nem os fiscais do Banco Central.

Já o senador Ney Sussana (PMDB-PB) pediu esclareci-

mentos sobre o sistema de fiscalização de agências de bancos brasileiros ao exterior que o BC está implementando. Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, questionou o fato de nenhum dirigente do BC ter denunciado, antes, as dificuldades que essa instituição enfrenta para fiscalizar o sistema financeiro, justificativa agora usada para explicar as falhas.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) resumiu a preocupação dos senadores quanto ao volume de dinheiro público que a reestruturação do sistema financeiro está consumindo como um "conflito entre o que o governo quer e o que a sociedade entende como prioritário". Amin lembrou que, embora o presidente da República tenha 70% de aceitação popular, pesquisa revelou que 76% dessa mesma população aprova a CPI dos Bancos.

## CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

## Grupo de trabalho vai apurar situação do Banespa

*Gilberto Miranda, presidente da CAE, anuncia avaliação da realidade do banco paulista, para descobrir quais são os maiores devedores dos setores privado e público*



Requião

## Para Requião, BC sabia das irregularidades

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem ter concluído que o Banco Central não fiscaliza o mercado financeiro como deveria. Requião considera impossível acreditar que o corpo de funcionários e os fiscais do Banco Central não tenham constatado desvios e irregularidades praticados ao longo dos últimos dez anos. Em sua opinião, as irregularidades foram constatadas e abafadas pelas sucessivas diretórias.

- É facilmente explicável a transferência de diretores do Banco Central para bancos privados, pois tudo indica que seus diretores exercem o papel de corretores de bons negócios para bancos quebrados - afirmou o senador.

Requião sustentou que o depoimento do diretor de Normas e Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch, foi omissivo e objetivou apenas resguardar "a responsabilidade das autoridades que deram ordens para que bancos privados fossem protegidos". Ele disse que o Banco Nacional tinha patrimônio líquido negativo há muito tempo. "No entanto, o Banco Central aceitava a maquiagem do seu balanço", afirmou.

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) anunciou ontem a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de um grupo de trabalho temporário destinado a avaliar a situação contábil e financeira do Banespa, conforme requerimento de iniciativa do senador Osmar Dias (PR), aprovado pela CAE.

O grupo de trabalho está composto pelos senadores Pedro Piva (PSDB-SP), Osmar Dias, Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Supli-

cy (PT-SP), que estarão dia 1º de abril em São Paulo para, juntamente com o interventor do Banespa, Antonio Carlos, realizar a sua primeira reunião de trabalho.

### DEVEDORES

Gilberto Miranda, coordenador do grupo e que incluiu o senador Romeu Tuma (PSL-SP) como convidado, afirmou que os senadores querem saber tudo relacionado aos empréstimos efetuados pelo Banespa, bem como sobre os 25 maiores devedores privados e os débitos do setor público

para com a instituição.

Segundo o senador pelo Amazonas, a comissão aprovou ainda outro requerimento, também de autoria do senador Osmar Dias, pedindo ao Tribunal de Contas da União que faça uma avaliação do acordo de R\$ 7,5 bilhões, entre o Tesouro Nacional e o governo de São Paulo. Conforme o requerimento, o projeto sobre a operação Banespa, em apreciação na CAE, ficará sobrestado até que o grupo de trabalho apresente suas conclusões.

## Mauro diz que ausência de negociador expõe o presidente

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que está faltando um coordenador político "para recompor o clima de negociação indispensável a qualquer democracia". Para Mauro, "é imperativo restabelecer no Brasil os rituais clássicos da atividade política", daí porque "o presidente da República está passando por níveis pessoais de exposição". O senador reconheceu o valioso trabalho que o presidente Fernando Henrique Cardoso faz pela imagem do Brasil no exterior, mas, acres-

centou, falta-lhe uma "retaguarda política" para que ele possa viajar sem sobressaltos.

Mauro Miranda considera necessário que "uma retaguarda política responsável, profissional, atenta e sensível dê ao presidente a cobertura de tranquilidade que lhe está faltando". Ele vê a necessidade de um coordenador político capaz de garantir



Mauro Miranda

ao governo "relações saudáveis de poder", para que todos saiam beneficiados - o governo, o presidente e o país.

Favorável às reformas administrativa, tributária e previdenciária, Mauro Miranda ressaltou que não cometeria "a bobagem de es-

banjar otimismo quanto à aprovação tranquila das propostas do governo".

## FHC faz justiça ao Congresso, diz Sarney

O senador José Sarney disse que as declarações feitas ontem, em São Paulo, pelo presidente da República apenas reiteram elogios anteriores ao comportamento do Congresso na tramitação das reformas constitucionais.

- O presidente está apenas repetindo uma frase que tem dito sempre, e é muito ver-

dadeira, é uma questão de justiça. A participação do Congresso na votação das emendas está dando a ele todas as condições para que possa realizar seu programa de governo de estabilização do real - afirmou.

Para Sarney, no episódio da CPI dos Bancos "não houve batalha nenhuma", pois as

divergências sobre os temas em discussão são inerentes à atividade parlamentar.

- Não houve qualquer problema pessoal em jogo. Todos me conhecem e sabem que me coloquei acima de qualquer coisa pessoal. Apenas participei da discussão como presidente do Congresso, com isenção - disse.

## Coutinho destaca conferência sobre urbanização

O senador Coutinho Jorge (PMDB-PA) defendeu a criação de uma comissão temporária para acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat 2), que será realizada em Istambul, na Turquia, no período de 3 a 14 de junho deste ano.

Coutinho Jorge argumentou que a ONU reunirá representantes de 185 países, que discutirão questões relacionadas à urbanização e à melhoria da qualidade de vida nas cidades. O objetivo, conforme o senador, é evitar o caos no futuro dos grandes centros, que devem abrigar até o final do século mais de 50% da população mundial, estimada em 6,2 bilhões de pessoas.

Segundo Coutinho Jorge, o Brasil participará com a apresentação de 18 experiências oficiais e dezenas de outras não-oficiais, nas áreas de habitação, transporte, desenvolvimento urbano, gestão da terra e relações intergovernamentais.

Lembrando que a comissão proposta se assemelha com a da Eco-92, o senador disse que a participação do Senado Federal é fundamental levando-se em consideração a importância e a magnitude do evento.

## Távola sugere transcrição de discursos de Frei

O senador Arthur da Távola (PSDB-RJ) pediu ontem o Senado dos discursos pronunciados durante a visita ao Congresso, terça-feira, do presidente do Chile, Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

Na homenagem ao presidente chileno, além do próprio Frei, falaram o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), o deputado Franco Montoro e o presidente do Senado, José Sarney.

## MICROEMPRESAS

# Estatuto que desburocratiza e reduz imposto pode ser votado até junho

*Previsão foi feita pelo presidente do Senado em debate interativo com parlamentares, que teve a participação de entidades de classe*

O presidente do Congresso, senador José Sarney, anunciou ontem que o Congresso Nacional votará até o final de junho o projeto de Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e o que estabelece um regime tributário específico para aquelas empresas. Os dois projetos foram apresentados por Sarney e resultam de proposta a ele levadas por confederações empresariais reunidas, em novembro passado, no 5º Congresso Brasileiro da Micro e Pequena Empresa. Entre as transformações a serem produzidas pelas novas normas, Sarney destacou que elas irão colaborar para a geração de mais empregos.

O anúncio foi feito em debate interativo com parlamentares realizado no auditório Nereu Ramos, do Senado, e promovido pelo Sebrae e confederações nacionais da Indústria,

da Agricultura, dos Diretores Lojistas e das Associações Comerciais.

O debate pôde ser acompanhado ao vivo pela TV Senado, em sua primeira transmissão nacional. Até agora a TV esteve em fase de teste, com alcance limitado a Brasília. O senador José Sarney considerou um evento histórico que o início da divulgação nacional dos trabalhos do Senado tenham sido através da "grande causa que é o apoio às micro e pequenas empresas".

### CARGA TRIBUTÁRIA

Os projetos que instituem o novo Estatuto das Microempresas simplificam as relações trabalhistas, reduzem a carga tributária, viabilizam créditos a juros especiais e desburocratizam o processo de constituição de micro e pequenas empresas. As microempresas são definidas como aquelas com receita bruta

anual até R\$ 204 mil e as empresas de pequeno porte as que atingirem até R\$ 576 mil. Os profissionais liberais, importadores, corretores imobiliários e pessoas residentes no exterior, hoje impedidos por lei, poderão constituir microempresas.

A proposta isenta do Imposto de Renda as microempresas que tiverem receita bruta anual inferior a R\$ 204 mil, limite hoje restrito a R\$ 80 mil. Quanto às pequenas empresas, que não contam atualmente com qualquer isenção, o projeto prevê que o IR seja cobrado apenas sobre a parte da receita bruta anual que exceder o limite de isenção fixado para as microempresas. Para outros impostos, como Contribuição Social sobre o Lucro, de Importação, IPI, Cofins e PIS, os projetos sugerem isenção total, redução ou aplicação nos moldes do Imposto de Renda.

## Valmir pede aprovação de novo regime fiscal

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) solicitou ontem o apoio do plenário para a aprovação de dois projetos de lei voltados para as micro e pequenas empresas. Os projetos, apresentados pelo presidente do Senado, José Sarney, tratam, respectivamente, do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e do regime fiscal aplicável a esse tipo de empresa.

Valmir registrou também a realização na manhã de ontem, no auditório Nereu Ramos, do Senado, de debate



Valmir Campelo

interativo com parlamentares, sob o patrocínio do Sebrae e federações da indústria e do comércio.

## Marluce defende seguro para o crédito

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu ontem a aprovação de projeto de lei de sua autoria que estabelece o seguro de crédito para as microempresas. Segundo Marluce, a matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde será apreciada em caráter terminativo.

Marluce também registrou a primeira transmissão em âmbito nacional da TV Senado, que mostrou ao vivo o seminário interativo sobre as micro e pequenas empresas, realizado na manhã de ontem, no auditório Nereu Ramos, do Senado.

## MICROEMPRESAS

# No debate, senadores apóiam mudanças

*Relator da proposta compreende a necessidade que o país tem de consagrar num estatuto as condições que permitam não apenas a sobrevivência, mas o crescimento dessas empresas*

Durante o debate interativo realizado ontem no Auditório Nereu Ramos, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que em 1987, quando a Assembleia Nacional Constituinte dava os primeiros passos, poucos poderiam acreditar que a luta iniciada pelo então deputado Afif Domingues em favor da pequena e microempresa chegasse a se concretizar. Informou que o relator da matéria sobre o Estatuto da Pequena e Microempresa, na Comissão de Assuntos Econômicos será o senador Bello Parga (PFL-MA) identificado com a problemática dos pequenos empresários.

O relator, senador Bello Parga, disse estar plenamente consciente da responsabilidade a ele atribuída pelo presidente do Senado, José Sarney, de consolidar propostas resultantes dos anseios da pequena e microempresa nacional. Declarou compreender a necessidade que o país tem de consagrar num estatuto as condições que permitam não apenas a sobrevivência, mas o crescimento dessas empresas.

Para o senador Elcio Alvares (PFL-ES), trata-se de um dos mais palpitantes temas do momento o surgimento do verdadeiro estatuto da pequena e microempresa. Ele frisou que existe um dispositivo constitucional mais que imperativo, o artigo 179 da Constituição, que deixa mais claro que a União, os estados e os municípios darão à microempresa o tratamento diferenciado. "Vejo a microempresa como o maior suporte, talvez, ao país no que se refere ao aspecto social. São os microem-

presários que dão sustentação à criação de empregos. Torna-se necessário que o governo agora atente para o lado social", disse Alvares.

Já o senador José Agripino (PFL-RN) citou o exemplo de seu estado, onde um empresário com financiamento para aquisição de uma máquina conseguiu criar 40 empregos, "porque o governo não o perseguia, não o atrapalhava, deixava-o livre para crescer e produzir". Na sua opinião a preocupação do estatuto da microempresa deve ser a de dotar o pequeno empresário de facilidades para instalar o seu negócio, usar o seu talento e criatividade, e crescer, gerando emprego e renda para si próprio e para a sociedade.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou apoio ao estatuto da microempresa, dizendo-se coerente com sua consciência de cidadã e seu compromisso partidário. Resaltou acreditar que as condições políticas que extrapolam as siglas partidárias farão do estatuto um objetivo comum do Congresso Nacional.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse ter a certeza de que o relator, senador Bello Parga, abreviará o tempo de elaboração de seu parecer, imprimindo ritmo de urgência urgentíssima ao exame da matéria.



Representantes de entidades de classe compareceram ao debate no Senado

**Senadores lembram que Carta de 88 já previa tratamento**

## Pequenas amenizaram a crise mexicana

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que as pequenas e microempresas são fundamentais para qualquer economia do mundo. Acrescentou que em recente visita ao México, constatou que a crise sofrida por aquele país foi amenizada exatamente pela atuação desse tipo de empresas.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) destacou que os projetos em tramitação no Senado, em favor da microempresa, promovem a desburocratização das atividades empresariais e podem, no mínimo, "levar o governo a parar de atrapalhar". Considerou também tão importante quanto a aprovação do estatuto a criação de um programa de incentivo de desenvolvimento regional: "Não se pode cometer o equívoco de que o

novo modelo de desenvolvimento seja concentrador", frisou o senador.

A senadora Marluce Pinto (PFL-RO) disse acreditar na aprovação e o senador Esperidião Amin (PPB-SC) assegurou apoio e voto de seu partido para a urgente tramitação do projeto. Informou que, coerente com decisão da 1ª Convenção Nacional do PPB,

continuará cobrando do governo federal providências para que o crédito às pequenas e microempresas "não seja dado apenas em palavras". Além dos que fizeram intervenções, a mesa dos trabalhos anotou a presença também dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Valmir Campello (PTB-DF), Nabor Júnior (PMDB-AC), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

**Proposta simplifica a atividade das empresas**

# Iris defende contenção de fluxos migratórios

"Não precisamos esperar o futuro para viver o caos", afirmou o senador lembrando que as nove maiores regiões metropolitanas brasileiras abrigam hoje 42,7 milhões de pessoas

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse ontem que é necessária a descentralização dos projetos de desenvolvimento para conter a migração especial-mente da área rural e de cidades pequenas. Ele observou que estão-se formando nos grandes centros um círculo vicioso entre a pobreza, a esperança e "de novo a pobreza, agora urbana".

Não precisamos esperar o futuro para viver o caos - afir-

mou, lembrando que as nove maiores regiões metropolitanas brasileiras abrigam hoje 42,7 milhões de pessoas.

- Urge que se adotem medidas que contenham o fluxo migratório do interior em direção aos grandes centros urbanos - advertiu.

Iris Rezende afirmou também que é inadiável e neces-ária a discussão e definição de uma nova proposta de política industrial que atualmente pri-

vilegia os grandes centros urbanos. A reforma agrária, segundo ele, é outro instrumento para reduzir a pressão populacional nas megacidades e de grande importância para um programa de descompressão das áreas metropolitanas.

## APOIOS

Os senadores Valmir Campelo (PTB-DF), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Romeu Tuma (PSL-SP), Gilvam Borges (PMDB-AP), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Pedro Piva (PSDB-SP) apoiaram o discurso de Iris Rezende.



Iris Rezende

## Jucá: entidades apóiam projeto sobre mineração

O senador Romero Jucá (PFL-RR) comunicou ontem ao plenário o encaminhamento à Câmara dos Deputados de projeto de lei de sua autoria, que regulamenta o processo de mineração inter-indígena. A proposição, segundo observou, foi discutida previamente com várias entidades, entre elas a Funai, o INPM, a igreja católica e organizações não-governamentais, sendo o resultado de um consenso.

Jucá destacou a continuidade do clima de violência em seu estado. Segundo disse, a prefeita de Boa Vista, Tereza Jucá (mulher do senador), foi impedida de exercer o direito de resposta às "agressões" feitas ontem pelo governador de Roraima, Neudo Campos, na televisão local. "A emissora foi tirada do ar no momento em que a prefeita começou a falar", afirmou Jucá.

## Carlos Wilson destaca visita de presidente a Pernambuco

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) disse que a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso amanhã a Serra Talhada (PE) é da maior importância para o

povo daquela cidade, visto que na ocasião ele vai inaugurar a Barragem de Serrinha. Conforme o senador, esta é a obra mais necessária do município e resgata uma dívida de 40 anos do governo federal com o povo de Serra Talhada.

Carlos Wilson disse que a viagem do presidente da República é aguardada com expectativa pela população, vis-



Carlos Wilson

to que, entre os inúmeros benefícios a resultarem dessa visita, serão criados mais de 8 mil empregos permanentes, beneficiando-se ainda 2 mil famílias de pequenos agricul-

tores, que passarão a dispor de 4 mil hectares de terra.

- É com muito prazer que registro essa inauguração, porque ela representa uma luta de mais de 40 anos do povo sertanejo de Pernambuco - afirmou o senador. Ele acrescentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso terá o reconhecimento de toda a população do sertão pernambucano.

## Suassuna pede apoio para calçadistas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o governo federal é capaz de liberar bilhões para os bancos, enquanto o setor coureiro-calçadista da Paraíba vem reclamando, sem êxito, R\$ 19 milhões para expansão e modernização de seu parque industrial. No momento, segundo o senador, 33 projetos para o setor aguardam financiamento. Esses projetos, de acordo com o senador, estão voltados para o fortalecimento de uma das principais vocações econômicas do estado, geradora de empregos.

Suassuna pediu ainda a revisão dos critérios de concessão de financiamento por parte do BNDES, que não aplica recursos na implantação de novas indústrias. "É importante e imprescindível que o BNDES, como agente financeiro maior do desenvolvimento nacional, assumira o encargo de financiar as atividades do pólo coureiro-calçadista da Paraíba", afirmou.

A Paraíba, conforme o senador, está apta a acolher novas unidades fabris ampliando o número de postos de trabalho e a receita tributária, amenizando a situação econômico-financeira do estado.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima e Domingos Mourão Neto  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal